



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

016. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

(CÓD. 017)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 10.

Dilemas do teletrabalho

Uma questão clássica das ciências humanas, debatida ainda hoje, consiste em saber se o progresso tecnológico ajuda a satisfazer as necessidades sociais ou apenas aprofunda a alienação humana. Em poucas palavras, a tecnologia serve para nos emancipar ou nos explorar? Muitos analistas veem a flexibilidade do trabalho como aspecto positivo do atual desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Há, porém, aqueles que enfatizam como aspecto negativo o desemprego estrutural produzido pelos avanços da atual revolução da internet das coisas e da manufatura complexa do setor de serviços e na indústria.

Diante desse dissenso, como interpretar o inegável crescimento do número de profissionais em *home office*, isto é, de pessoas trabalhando fora da sede das empresas que as contratam? Se no Brasil a tendência é recente, concentrando-se, sobretudo, em empresas prestadoras de serviços tecnológicos ligadas ao mundo virtual, nos Estados Unidos estimativas indicam que, independentemente do setor econômico, 40% de todo o trabalho de escritório já é realizado em *home office*.

Em primeiro lugar, é importante sublinhar que a tecnologia não é em si mesma exploradora ou emancipadora. Aqui, as questões-chave são o modo como o progresso tecnológico é apropriado pelas empresas e como ele é regulado pela sociedade.

Da perspectiva do processo de trabalho, o *home office* apresenta, de fato, uma face muito sedutora. Afinal, vivendo em uma cidade como São Paulo, por exemplo, quem não gostaria de trabalhar em casa, evitando o trânsito e os perigos ligados à circulação nos espaços públicos? Além disso, o trabalho em *home office* satisfaz com mais frequência a parcela feminina da força de trabalho, que percebe na flexibilização da jornada uma maneira de equilibrar demandas profissionais e exigências domésticas.

No entanto, cabe observar que muitos efeitos deletérios para os profissionais em *home office* têm sido registrados por sociólogos do trabalho. Na medida em que esse trabalho é regulado economicamente pelo sistema de administração por metas, e considerando que as empresas tendem a endurecer permanentemente seus objetivos, verifica-se certa implosão das barreiras entre tempo livre e tempo de trabalho. Ou seja, todo o tempo da vida de quem está em *home office* transforma-se em trabalho.

Aqui, não se trata mais de falar em flexibilização da jornada de trabalho, mas em ampliação de uma jornada que devora os finais de semana e não diferencia o dia da noite.

(Ruy Braga. *Revista E*. mai. 2019. Adaptado)

01. O autor do texto discute a questão

- (A) do contraste que representa a falta de investimento em flexibilização do trabalho no Brasil diante do avanço das tecnologias de comunicação.
- (B) da falta de consenso entre especialistas quanto à necessidade ou não de ampliação do comércio e da prestação de serviços via internet.
- (C) da urgência para a economia brasileira do desenvolvimento da tecnologia de comunicação necessária para a expansão do trabalho em *home office*.
- (D) de como a expansão da modalidade de trabalho realizado fora das empresas tem sido determinante para a precarização de determinados serviços.
- (E) das possíveis consequências sociais para o trabalhador da realização de atividades em *home office*, no contexto de expansão desse tipo de emprego.

02. Conforme o autor, a realização de trabalho na modalidade de *home office*

- (A) apresenta baixa adesão por parte das empresas, em grande medida devido ao entrave em que se constitui a forte regulação social desse tipo de atividade.
- (B) é particularmente nociva à parcela feminina da força de trabalho, que precisa buscar meios de conciliar demandas profissionais e exigências domésticas.
- (C) torna-se prejudicial ao trabalhador nos casos em que, em vez de flexibilizar, a demanda por produção eleva desgradadamente a jornada de trabalho.
- (D) desorienta o sistema de administração por metas, visto que a produção pode ser continuamente aumentada, o que inviabiliza a fixação de previsões.
- (E) resultou em súbito aumento do número de empresas nacionais prestadoras de serviços tecnológicos relacionados ao campo da comunicação virtual.

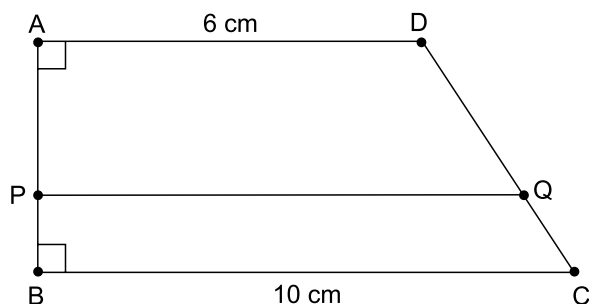
03. Na Frase “Diante **desse dissenso**, como interpretar o inegável crescimento do número de profissionais em *home office*...”, a expressão em destaque refere-se à

- (A) divergência quanto aos efeitos sociais do progresso tecnológico sobre a humanidade.
- (B) anuência quanto ao potencial do progresso tecnológico para a alienação humana.
- (C) maneira como as ciências humanas conduzem o debate sobre as necessidades sociais.
- (D) capacidade da tecnologia para flexibilizar a realização de atividades no setor de serviços.
- (E) competência das ciências humanas para discutir questões ligadas ao progresso tecnológico.

04. Os termos destacados nas frases – “... é importante **sublinhar** que a tecnologia não é em si mesma exploradora ou emancipadora.” e “... muitos efeitos **deletérios** para os profissionais em *home office* têm sido registrados...” – têm como sinônimos adequados ao contexto, respectivamente:
- (A) comprovar; danosos.
 (B) frisar; insalubres.
 (C) insinuar; indiscutíveis.
 (D) indicar; imensuráveis.
 (E) salientar; secundários.
05. O termo em destaque na seguinte frase do texto é empregado em sentido figurado:
- (A) Muitos analistas veem a flexibilidade do trabalho como **aspecto** positivo...
 (B) Aqui, não se trata mais de falar em **flexibilização** da jornada de trabalho...
 (C) ... o trabalho em *home office* **satisfaz** com mais frequência a parcela feminina da força de trabalho.
 (D) Em poucas palavras, a tecnologia serve para nos **emancipar** ou nos explorar?
 (E) ... ampliação de uma jornada que **devora** os finais de semana e não diferencia o dia da noite.
06. O sentido expresso pelo termo em destaque está corretamente identificado entre parênteses em:
- (A) ... **como** interpretar o inegável crescimento do número de profissionais... (negação)
 (B) Muitos analistas veem a flexibilidade do trabalho **como** aspecto positivo... (modo)
 (C) Uma questão clássica das ciências humanas, debatida **ainda** hoje... (afirmação)
 (D) ... o trabalho em *home office* satisfaz com **mais** frequência a parcela feminina... (dúvida)
 (E) ... não se trata **mais** de falar em flexibilização da jornada de trabalho... (modo)
07. Em relação às informações do quarto parágrafo, a expressão destacada na oração “**No entanto**, cabe observar que muitos efeitos deletérios para os profissionais em *home office* têm sido registrados por sociólogos do trabalho.” introduz uma informação cujo sentido é de
- (A) condição.
 (B) explicação.
 (C) contraste.
 (D) comparação.
 (E) consequência.
08. Considerando a norma-padrão de regência verbal, as expressões destacadas na passagem “Uma questão clássica das ciências humanas, debatida ainda hoje, **consiste em** saber se o progresso tecnológico **ajuda a** satisfazer as necessidades sociais...” podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:
- (A) incide em; contribui para.
 (B) equivale por; permite a.
 (C) fundamenta-se de; facilita com.
 (D) resume-se por; auxilia de.
 (E) compõe-se com; favorece de.
09. A passagem “Se no Brasil a tendência é recente, concentrando-se, sobretudo, em empresas prestadoras de serviços tecnológicos ligadas ao mundo virtual...” permanecerá em conformidade com a norma-padrão de pontuação da língua portuguesa se forem empregadas duas vírgulas para isolar a seguinte expressão:
- (A) empresas prestadoras.
 (B) a tendência.
 (C) ligadas ao mundo.
 (D) no Brasil.
 (E) serviços tecnológicos.
10. A seguinte redação escrita a partir do texto atende à norma-padrão de concordância nominal e/ou verbal:
- (A) O atual desenvolvimento das tecnologias de comunicação fomentam a ampliação do trabalho em *home office*.
 (B) Atualmente, ainda se debatem a possível relação entre o progresso tecnológico e as necessidades sociais.
 (C) Apenas recentemente a prestação de serviços de algumas empresas passaram a ser realizadas fora das suas sedes.
 (D) A transformação de flexibilização em ampliação das atividades laborais é receado por muitos trabalhadores em *home office*.
 (E) As questões que envolvem a regulação social são um ponto central dos debates sobre a flexibilização do trabalho.

11. No sábado, o número de homens presentes em uma convenção era igual a 76% do número de mulheres. No domingo, estiveram presentes todas as pessoas presentes no sábado e mais 81 homens e 37 mulheres. Se domingo o número de mulheres excedia o número de homens em 28, o total de presentes no sábado foi
- (A) 328.
(B) 628.
(C) 528.
(D) 728.
(E) 428.
12. No primeiro jogo de uma decisão de vôlei, a razão entre o número de homens e mulheres presentes no ginásio era $\frac{4}{3}$. No segundo jogo, em relação ao primeiro jogo, o número de mulheres presentes foi 123 a mais e o número de homens presentes foi menor, de modo que a razão entre o número de homens e mulheres presentes no ginásio foi $\frac{3}{4}$. Se o total de pessoas presentes no segundo jogo foi 882, o número de homens presentes no primeiro jogo excedeu o número de homens presentes no segundo jogo em
- (A) 126.
(B) 128.
(C) 129.
(D) 130.
(E) 127.
13. Quatro irmãos possuem, juntos, R\$ 868,00. André tem o quádruplo da quantia que Carlos tem, Bernardo tem a quinta parte do que tem André, e Daniel tem a metade do que tem Bernardo. A diferença entre as quantias de Carlos e Bernardo é
- (A) R\$ 28,00.
(B) R\$ 30,00.
(C) R\$ 33,00.
(D) R\$ 35,00.
(E) R\$ 44,00.

14. Os pontos P e Q pertencem aos lados do trapézio retângulo ABCD e o dividem em dois outros trapézios retângulos, APQD e PBCQ, de áreas 45 cm^2 e 19 cm^2 , respectivamente, conforme mostra a figura.



fora de escala

Se a altura do trapézio APQD o triplo da altura do trapézio PBCQ, o comprimento do segmento PQ, em cm, é

- (A) 8.
 (B) 9.
 (C) 8,5.
 (D) 7,5.
 (E) 9,5.
15. Ari, Beto, Cerne, Dani e Eli têm, cada um, 10 ou 11 ou 12 broches. Quem tem 11 broches sempre fala a verdade e quem tem 10 ou 12 broches sempre mente. Considere as seguintes frases que eles disseram:
- Ari: Eu e Beto temos, juntos, 21 broches.
 Beto: Eu e Cerne não temos, juntos, 21 broches.
 Cerne: Eu e mais alguém temos, juntos, 22 broches.
 Dani: Eu e Eli temos, juntos, 24 broches.
 Eli: Eu e Ari temos, juntos, 21 broches.
 Beto: Eu tenho 12 broches.
 Cerne: Alguém tem 12 broches.
 Dani: Eli tem 12 broches.

O total de broches que essas cinco pessoas têm é

- (A) 53.
 (B) 56.
 (C) 55.
 (D) 57.
 (E) 54.

16. A partir do quanto previsto no texto da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta corretamente texto constitucional relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá se utilizar de propriedade particular assegurando-se ao proprietário indenização prévia pela utilização de sua propriedade.
- (B) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento de crimes dolosos e culposos contra a vida.
- (C) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.
- (D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia e a noite, por determinação judicial ou de decisão prolatada em sede de Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (E) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes ou depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em crime de homicídio qualificado.

17. É correto afirmar, com relação ao tema dos deveres, responsabilidade e penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas, que

- (A) a pena de repreensão será aplicada verbalmente em casos de natureza leve, de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres, devendo constar somente do assentamento pessoal.
- (B) as cominações civis, penais, disciplinares, poderão acumular-se sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.
- (C) as faltas sujeitas a advertência prescreverão dentro do prazo de 5 (cinco) anos.
- (D) a pena de suspensão, que não excederá de 120 (cento e vinte) dias, será aplicada em casos de falta grave ou reincidência.
- (E) as faltas sujeitas a repreensão, multa ou suspensão prescreverão no prazo de 4 (quatro) anos.

18. A respeito da Seguridade Social e sua previsão na atual Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (B) a Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, incluindo as contribuições sociais que devem incidir, dentre outras, de pensionistas do regime geral.
- (C) a Seguridade Social é caracterizada, dentre outros princípios, pela regionalidade de sua cobertura e irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (D) as contribuições para a seguridade social não têm incidência sobre gorjetas pagas aos segurados.
- (E) não se admite que mediante lei possam ser instituídas outras fontes destinadas a garantir o custeio, manutenção ou expansão da seguridade social, além dos casos já previstos pela Constituição.

19. Considere a seguinte situação hipotética: a empresa X Company, empresa constituída no Município de Campinas, identificou que a composição dos seus sócios está incorreta no banco de dados da Prefeitura de Campinas/SP. No entanto, após solicitar a correção dos dados em questão mediante pedido administrativo formal, a Prefeitura se recusou a efetivar a correção, indicando que não se trata de informação relevante que demande serviço administrativo para corrigi-lo. Nesse caso, a partir dos remédios constitucionais trazidos pelo texto constitucional brasileiro, é correto afirmar que a Empresa X Company

- (A) nada poderá fazer, pois, embora possua o direito de informação tutelado pela Constituição, não possui legitimidade ativa para impetrar nenhuma garantia constitucional.
- (B) poderá impetrar Mandado de Segurança indicando que teve a violação de direito líquido e certo, pugnando pela concessão de decisão que obrigue a Prefeitura a permitir a correção dos dados.
- (C) poderá ajuizar ação popular, uma vez que a conduta da Prefeitura importa em nítida improbidade administrativa que merece ser apurada pelo Poder Judiciário.
- (D) poderá impetrar *Habeas Data*, pugnando que os dados relativos à sua empresa sejam devidamente corrigidos, uma vez que é titular de direito à informação protegido pelo texto constitucional.
- (E) poderá impetrar Mandado de Segurança contra a Prefeitura, mas antes terá que interpor recurso administrativo contra a decisão que indeferiu o seu pedido, para não incorrer em supressão de instância.

20. A partir das previsões constantes do Programa de Avaliação Probatória do Servidor de Campinas (Decreto Municipal nº 15.514/06), é correto afirmar:

- (A) o servidor que esteja em fase de estágio probatório poderá encaminhar, anualmente, avaliação própria com base no mesmo instrumento de avaliação.
- (B) a avaliação probatória realizada apresentará uma nota final, sendo exigido que o servidor estagiário alcance a nota mínima de 75% do total de pontos em análise.
- (C) a avaliação probatória dos servidores será realizada semestralmente, durante os primeiros 24 meses de efetivo exercício do servidor estagiário, ressalvadas as hipóteses de suspensão previstas no Decreto.
- (D) o servidor que esteja em estágio probatório não poderá solicitar, dentre outros, a alteração de lotação a pedido, tampouco a licença para estudo ou missão de qualquer natureza.
- (E) a Comissão Permanente de Avaliação Probatória, nomeada pelo Prefeito Municipal, com mandato de 2 anos, será composta de quatro servidores efetivos estáveis como titulares e três servidores efetivos estáveis como suplentes indicados pela Administração Municipal, para os casos de impedimentos legais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Quanto ao regime constitucional da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é correto afirmar:

- (A) será exercida pelo Tribunal de Contas, com auxílio do Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (B) ao Tribunal de Contas compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer conclusivo que deverá ser elaborado em cento e vinte dias.
- (C) prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.
- (D) as Constituições estaduais disporão sobre o número de Conselheiros dos respectivos Tribunais de Contas.
- (E) em caso de verificação de ilegalidade de despesa, os Tribunais de Contas deverão representar ao Ministério Público para a aplicação de sanções, não tendo o próprio tribunal poder de aplicá-las.

22. Segundo estabelece expressamente a Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de

- (A) fixar indicadores de macroplanejamento a serem observados pela administração pública de forma compulsória, como forma de atender ao princípio da eficiência administrativa, e controlar o seu alcance, prestando contas à sociedade.
- (B) avaliar o cumprimento das metas fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias, a execução das sanções aplicadas pelos órgãos correicionais e dos orçamentos das entidades da administração indireta instituídas por esses poderes.
- (C) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, declarando nulos os atos contrários à eficiência administrativa.
- (D) sob pena de responsabilidade solidária, dar ciência ao respectivo Tribunal de Contas e à sociedade, por meio dos órgãos de imprensa, de eventuais irregularidades identificadas no âmbito de sua atuação.
- (E) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do ente da Federação.

23. Consta entre as diretrizes para a aplicação dos procedimentos previstos na lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011):

- (A) divulgação de informações de interesse público, mediante solicitação.
- (B) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- (C) fomento ao desenvolvimento da cultura de segurança de informação na administração pública.
- (D) desenvolvimento do controle interno na administração pública.
- (E) utilização de meios de comunicação de massa e das mídias impressas como principal meio de transparência.

24. A empresa OCN S/A é subsidiária integral da empresa CCA S/A, grande empreiteira dedicada ao setor de obras públicas. Vem a público que a empresa OCN S/A teria como única atividade servir como “departamento de propina” da empresa CCA S/A, mantendo sofisticada estrutura de contas no Brasil e no exterior para pagamento de vantagens ilícitas a agentes públicos. Mantendo contratos com a CCA e diante de indícios de ter sido vítima da atividade criminosa da empresa, o Município X, por meio do seu Controlador Geral, na forma da legislação local, instaura processo administrativo em face da CCA S/A para apuração da responsabilidade dessa empresa. No curso do processo, terceira empresa WIX Ltda. realiza acordo de leniência, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, com o Município, por meio do qual revela tentativa frustrada de conluio com a CCA S/A para fraudar a competição de processos licitatórios do Município, valendo-se de pagamentos a funcionários públicos municipais realizados por meio da OCN S/A. Verificando que a sua defesa está cada vez mais comprometida, a empresa CCA S/A propõe ao Município a realização de acordo de leniência, com o objetivo de revelar os atos ilícitos que seriam praticados pela empresa OCN S/A, a qual, a esta altura, já se encontra insolvente no mercado e prestes a apresentar seu pedido de falência. A respeito da situação hipotética apresentada, é correto afirmar, com base na Lei Federal nº 12.846/2013:

- (A) no caso da empresa WIX Ltda., a realização de acordo de leniência afasta a aplicação da multa sancionatória prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, desde que as informações levem, de fato, à penalização das demais participantes do conluio.
- (B) caso fique demonstrado no processo administrativo que a tentativa de fraude à licitação restou infrutífera, não tendo se consumado qualquer infração, é possível que este fato seja levado em consideração para fins de aplicação das sanções previstas em lei.
- (C) a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública não pode ser transferida de uma pessoa jurídica para outra, de maneira que eventuais atos praticados pela OCN S/A não poderão gerar responsabilização de sua controladora.
- (D) caso a empresa OCN S/A venha a ter a sua falência decretada e seja extinta, eventual responsabilidade pelos atos por ela praticados será extinta, não se podendo aplicar sanções aos seus administradores e sócios com poderes de administração.
- (E) a proposta de acordo de leniência apresentada pela CCA S/A deve ser acatada pelo Município, na medida em que contribuirá para confirmação dos fatos já relatados pela empresa WIX Ltda. ainda que não restem dúvidas a serem esclarecidas.

25. No Município de Campinas, com base no Decreto Municipal nº 17.630/2012, são responsáveis pela guarda das informações mínimas previstas na Lei Federal nº 12.527/2011 e pelo encaminhamento ao Portal da Prefeitura na internet, independentemente de requerimentos:

- (A) cada uma das secretarias municipais, pela divulgação dos dados gerais para o acompanhamento de seus programas, ações, projetos e obras.
- (B) a Secretaria Municipal de Governo, pela disponibilização dos contratos, convênios e demais ajustes celebrados.
- (C) a Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com o órgão gestor do contrato ou do convênio, pelos registros de repasses ou de transferências de recursos financeiros.
- (D) a Secretaria Municipal de Finanças, pelas informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados.
- (E) a Secretaria Municipal de Gestão, em relação ao registro das competências de cada Secretaria Municipal e estrutura organizacional, dos endereços e telefones das respectivas unidades e dos horários de atendimento ao público.

26. O Município de Campinas, por meio da Lei Complementar nº 202/2018, instituiu o Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal direta e indireta. A respeito desse tema, é correto afirmar que

- (A) a sistematização do controle interno, na forma estabelecida nessa lei, substituiu os controles próprios existentes no âmbito da Administração Pública municipal, bem como o controle administrativo inerente a cada área.
- (B) compete exclusivamente às unidades setoriais de controle interno da Administração direta, em seu âmbito de atuação, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (C) é garantida aos servidores integrantes do Sistema de Controle Interno a estabilidade no cargo efetivo, sempre que no curso de auditoria, ainda que antes de completados 3 (três) anos de efetivo exercício.
- (D) estão sujeitas ao Sistema de Controle Interno as entidades de direito privado localizadas no Município de Campinas, ainda que não sejam beneficiárias de convênios, auxílios, renúncias e subvenções ou qualquer outro instrumento de repasse de recursos do Município.
- (E) o controle interno processar-se-á nas modalidades de prestação de contas, tomada de contas, auditoria, fiscalização.

- 27.** A Empresa Boa Grana ME fez um levantamento econômico-financeiro de sua situação e identificou os seguintes haveres: um estoque de mercadorias no valor de \$ 200.000,00; um veículo, que usa para entregas, no valor de \$ 80.000,00; uma dívida com fornecedores no valor de \$ 60.000,00. Verificou ainda que alguns clientes fizeram compras para pagamento posterior, gerando um direito a receber no valor de \$ 100.000,00; uma correspondência bancária informando um saldo disponível em conta-corrente de \$ 80.000,00; tem ainda algumas contas a pagar de energia elétrica, água e comunicações no valor de \$ 2.000,00. Consideradas estas informações, é correto afirmar que a empresa possui
- (A) Ativos no valor de \$ 460.000,00.
- (B) Passivo Exigível no valor de \$ 398.000.
- (C) Patrimônio Líquido no valor de \$ 62.000,00.
- (D) Passivo Exigível mais Patrimônio Líquido no valor de \$ 398.000,00.
- (E) Patrimônio Líquido no valor de \$ 522.000,00.
- 28.** Assinale a alternativa que apresenta a equação básica da Contabilidade e a relação entre os grupos do Balanço Patrimonial.
- (A) O Passivo Circulante mais o Ativo Circulante é igual ao Patrimônio Líquido.
- (B) O Ativo Circulante menos Ativo Permanente é igual ao Passivo Exigível Total.
- (C) O Patrimônio Líquido é igual ao Ativo Circulante mais o Ativo Não Circulante.
- (D) O Patrimônio Líquido mais Passivo Exigível Total é igual ao Ativo Total.
- (E) O Resultado mais Despesa com Depreciação é igual ao acréscimo no Fluxo de Caixa.
- 29.** As demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Considerando esses aspectos, assinale a alternativa correta dentre as apresentadas a seguir.
- (A) Custo histórico recuperável relaciona-se ao valor econômico do fluxo de serviços a ser obtido de um ativo durante sua vida útil proporcionalmente ao seu custo de aquisição.
- (B) O patrimônio líquido contábil mensurado de acordo com estes critérios não espelha o valor de uma entidade.
- (C) O capital financeiro nominal implica considerar o valor presente dos fluxos financeiros e de serviços descontados a taxa de juros de oportunidade.
- (D) Considerando-se uma taxa de juros de oportunidade de 10% e uma taxa de variação no nível geral de preços de 10% num determinado período, caso se use o conceito de manutenção financeira nominal do capital, partindo-se de um capital inicial de \$ 100, poder-se-ia dizer que um agente econômico que tivesse chegado ao final do período com um capital de \$ 121,00 teve um lucro de \$ 9,00.
- (E) Conforme o conceito de custo histórico de aquisição, o valor contábil de uma máquina, por exemplo, seria o valor pago por ela. os Custos de instalação e fretes, por exemplo, devem ser tratados como despesa de período.
- 30.** Considerando-se as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com os procedimentos contábeis definidos em normas emitidas por órgãos normativos, como no CPC00, ou na NBC TG 1000 (R1), um aspecto que se nota é:
- (A) sua adequação às necessidades tributárias e outras de usuários determinados, por serem de propósito geral.
- (B) são elaboradas de acordo com o regime de caixa, por se destinarem às pequenas e médias empresas.
- (C) as demonstrações contábeis de propósito geral podem não atender necessidades específicas de diferentes usuários como: proprietários, governo, ou fisco, apesar de estarem consonantes com as normas contábeis.
- (D) são elaboradas tendo em vista usuários externos específicos como investidores ou órgãos de fiscalização.
- (E) compreendem o conjunto de Relatórios: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Fluxo de Caixa; Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Valor Adicionado; DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

31. Considere uma empresa da qual tenha sido roubado um veículo segurado, de sua propriedade. Sobre este evento, é correto afirmar:

- (A) ocorreria, quando do recebimento da indenização, a contabilização: Débito – Bancos (Conta Movimentada) e Crédito: Veículos (pelo valor líquido do bem roubado).
- (B) na ocasião da constatação do roubo, ocorreria o registro da Perda, um item componente do resultado não operacional, com a consequente baixa do ativo, líquido da depreciação, e, quando do recebimento da indenização, um débito na conta caixa e um crédito numa conta de Ganho com Indenização, um item componente do resultado não operacional.
- (C) pelo roubo: crédito na conta do ativo (líquido da depreciação) e débito na conta Despesa de Seguros Antecipada. Pela indenização: débito na conta caixa e crédito na conta de Seguros Antecipados a Receber.
- (D) a indenização pela empresa de seguros seria uma receita operacional, já prevista pela empresa, quando da contratação do seguro, que, assim, apareceria no ativo como um direito a receber.
- (E) seria feito o registro na forma de um crédito na conta de Despesas Antecipadas de Seguro, na demonstração de resultado, pelo valor do veículo, e um débito na conta caixa, pelo mesmo valor.

32. A Lei nº 101/2000 traz o conceito de Receita Líquida. Considerando-se determinado Estado da Federação que tenha apresentado Receitas Correntes Líquidas no valor de R\$ 6.900.000,00 e as obrigações constantes da tabela a seguir, esse Estado teria como Receita Corrente Líquida:

Obrigações	Valor
Transferências constitucionais para os municípios	R\$ 1.017.164,00
Contribuições a um Fundo de Previdência dos Funcionários	R\$ 125.910,00
Compensação Financeira (§ 9º – art. 201, CF)	R\$ 2.517,00
Perdas para o Fundef (Saldo Negativo)	R\$ 211.936,00
	R\$ 1.357.527,00

- (A) o valor de R\$ 1.357.529,00 e este valor será utilizado como base de cálculo para indicadores financeiros de interesse.
- (B) o valor de R\$ 5.882.836,00 e seria base para cálculo dos limites para gastos com pessoal, endividamento e concessão de garantias, por exemplo.
- (C) o valor de R\$ 5.542.473,00 e seria um limitador para gastos com pessoal, mas não para a concessão de garantias, por exemplo.
- (D) o valor de R\$ 5.542.473,00 e seria base para cálculo dos limites para gastos com pessoal, endividamento e concessão de garantias, por exemplo.
- (E) o valor de R\$ 5.882.836,00 e seria um limitador para gastos com pessoal, mas não para a concessão de garantias, por exemplo.

33. No tocante à Administração Financeira e Orçamentária do Setor Público, Planejamento e controle, é correto afirmar:

- (A) são procedimentos não relacionados e independentes.
- (B) no setor público, numa sociedade democrática, a definição dos controles é o mais importante, uma vez que a definição das políticas públicas é dada automaticamente pelo voto.
- (C) no setor público, consubstanciam-se num processo integrado abrangendo: Planejamento Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- (D) não se aplica à atividade pública dada a imprevisibilidade dos cenários da gestão.
- (E) no que diz respeito ao aspecto econômico, a definição de políticas públicas não deve incorporar o custo de oportunidade.

34. O orçamento público é uma lei que abrange uma previsão de receitas e a fixação das despesas para o próximo período e está sujeito a alguns princípios denominados Princípios Orçamentários. Tendo em vista essas informações, considere que uma proposta de lei orçamentária defina em seu texto as normas para privatização de empresas do governo e assinale a alternativa correta entre as apresentadas a seguir.

- (A) Não fere nenhum princípio, pois estas normas dizem respeito aos processos necessários para obtenção das receitas orçamentárias.
- (B) Seria antieconômica a longo prazo, por estar se desfazendo do patrimônio público.
- (C) Fere o princípio da anualidade, pois toda forma de arrecadação pelo estado deveria ser definida no ano anterior à sua vigência.
- (D) Deveria estar de acordo com o Plano Plurianual do próximo executivo da área orçada.
- (E) Estaria em desacordo com o princípio da exclusividade.

35. A Despesa Orçamentária

- (A) nem sempre deverá constar da Lei Orçamentária Anual, ou obter autorização do legislativo.
- (B) é um consumo inesperado de recursos como, por exemplo, uma perda de material estocado.
- (C) é prevista, porque é contabilizada em regime de caixa.
- (D) é imutável, não havendo possibilidade de novas despesas, ou alterações após sua fixação, porque geraria déficit.
- (E) é um conjunto de despesas, no qual a despesa com depreciação não é planejada.

36. Quando se considera um modelo de controle interno, órgãos normativos como o CFC entendem que este deveria abranger aspectos como: ambiente de controle; mapeamento e avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação e comunicação e monitoramento. Nesse contexto,
- (A) como componentes de um bom sistema de controles internos, poderiam-se citar: procedimentos manualizados; processos decisórios estruturados e definição de alçadas.
 - (B) o objetivo da gestão dos riscos, do ponto de vista dos controles internos, é um objetivo relacionado ao setor privado e não apresenta utilidade para o setor público.
 - (C) alguns dos recentes escândalos envolvendo empresas públicas não ocorreram por falhas em nenhum dos elementos do sistema de controles internos definidos na norma.
 - (D) o sistema de controles internos, considerando-se os componentes listados, tem por objetivo facilitar a auditoria das contas públicas pelos tribunais de contas.
 - (E) o ambiente de controle é de menor importância, pois um bom sistema de controles internos assegura as melhores decisões para uma organização, independentemente das pessoas.
37. Do ponto de vista da contabilidade pública, de acordo com as Novas Normas da Contabilidade Pública, reconhece-se a existência de uma diferença no tratamento de receitas e despesas dos pontos de vista orçamentário e patrimonial. Nesse sentido, o lançamento de uma receita de IPTU por determinada prefeitura seria, na data:
- (A) uma receita no Sistema Orçamentário e um recebimento no sistema de Fluxo de Caixa.
 - (B) uma receita no Sistema Patrimonial e não seria receita no Sistema Orçamentário.
 - (C) reconhecida como receita tanto no Sistema Patrimonial quanto no Sistema Financeiro.
 - (D) uma despesa no Sistema Orçamentário e um pagamento no Sistema Financeiro.
 - (E) um recebimento no Sistema de Caixa e não seria receita no Sistema Patrimonial.
38. A respeito da conceituação e dos objetivos da auditoria interna, é correto afirmar que
- (A) a auditoria interna é exercida apenas nas pessoas jurídicas de direito privado, adaptando-se as normas de auditoria para seu emprego em entidades de outra natureza.
 - (B) a auditoria interna compreende técnicas e procedimentos, metodologicamente estruturados, com vistas a assistir primordialmente os sócios da entidade no cumprimento de seus objetivos.
 - (C) a atividade da auditoria interna tem por finalidade principal identificar focos de corrupção e demais fraudes na organização, não se ocupando de irregularidades causadas por erro, negligência ou falhas nos controles internos.
 - (D) o objeto da auditoria interna compreende a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos.
 - (E) a atividade da auditoria interna está estruturada em procedimentos, com enfoque experimental, subjetivo, assistemático e heurístico.
39. Para o trabalho do auditor interno, é fundamental uma correta compreensão e manejo dos papéis de trabalho. Sobre esse insumo da atividade do auditor, é correto afirmar que
- (A) devem ser elaborados em meio físico ou transpostos para meio físico, devendo ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional, por ao menos 30 (trinta) anos.
 - (B) constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtido no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.
 - (C) devem ter abrangência e grau de detalhamento mínimos, posto que apenas servem de apoio para as conclusões apresentadas de forma específica no relatório de auditoria.
 - (D) análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos anexados aos papéis de trabalho devem ter sua integridade verificada apenas quando haja fundada dúvida a respeito de sua legitimidade, que deve ser presumida.
 - (E) todos os papéis de trabalho que compõem uma auditoria deverão ser anexados ao relatório de auditoria, permitindo assim acesso direto do interessado às fontes primárias das opiniões apresentadas no relatório.

40. Para que os resultados da auditoria interna sejam proveitosos à organização, é necessário que a auditoria seja adequadamente planejada, seguindo recomendações específicas, entre elas:
- (A) o conhecimento superficial e preliminar da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade, quando existentes, para um adequado planejamento dos procedimentos e exames.
 - (B) deve avaliar a necessidade do uso do trabalho de especialistas, considerando que a necessidade de tais insumos inviabiliza a realização dos trabalhos técnicos de auditoria interna, por envolver um terceiro não pertencente à organização.
 - (C) o planejamento deve compreender os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.
 - (D) desconsideração das orientações e das expectativas externadas pela administração aos auditores internos, por representarem possível foco de prejuízo à necessária independência dos trabalhos dos auditores.
 - (E) os programas de trabalho devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser mantidos inalterados até o final dos trabalhos, de maneira a avaliar a aderência dos resultados ao planejamento.
41. Os procedimentos da auditoria interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. A respeito dos procedimentos de auditoria, é correta a correlação feita em:
- (A) evidências – informações que fundamentam os resultados da auditoria, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis.
 - (B) inspeção – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução.
 - (C) observação – obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações.
 - (D) circularização – verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.
 - (E) testes substantivos – visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento.
42. João e Maria são auditores internos da organização ABC S/A, instituição financeira com mais de R\$ 10 bilhões em ativos sob sua administração e que já foi acusada no passado de “maquiar” seus balanços, deixando de dar baixa de ativos financeiros em conformidade com as normas contábeis. Para verificar a correção dos saldos de contas contábeis de alguns instrumentos financeiros mantidos para negociação pela empresa, João e Maria pensaram em realizar testes sobre uma amostra dos instrumentos financeiros registrados na conta contábil, uma vez que lhes pareceu impraticável verificar cada um dos instrumentos. Além disso, João e Maria observaram que, por serem os instrumentos financeiros em questão, títulos escriturais, a sua avaliação dependeria fortemente de análise de dados processados eletronicamente pelo sistema de informação interno da empresa. Nem João, nem Maria, porém, têm conhecimentos suficientes em tecnologia de informação ou no sistema de informação utilizado pela empresa. Tendo em vista a situação descrita, é correto afirmar que
- (A) as normas técnicas de auditoria não autorizam a utilização de técnicas de amostragem, de maneira que os auditores em questão deverão buscar alternativas para a verificação de toda a população de lançamentos contábeis e instrumentos financeiros que integram a conta em questão.
 - (B) em razão do sigilo bancário, não seria possível aos auditores internos adotar procedimento de auditoria consistente no acompanhamento da execução dos procedimentos de reconhecimento e desreconhecimento dos instrumentos financeiros pelas equipes operacionais da organização.
 - (C) a utilização de processamento eletrônico de dados pela entidade não requer que exista, na equipe da auditoria interna, profissional com conhecimento suficiente sobre a tecnologia da informação e os sistemas de informação utilizados.
 - (D) os auditores internos têm poder para requisitar, sob as penas da lei, que os responsáveis na empresa pelos procedimentos sob auditoria declarem a fidelidade de eventuais documentos apresentados à realidade, isentando os auditores de qualquer responsabilidade.
 - (E) o fato de se tratar de empresa com histórico de falhas nos controles internos relativos ao objeto da auditoria impõe maior critério em relação aos procedimentos a serem realizados, tanto no que se refere à sua extensão, quanto à sua profundidade.

43. Tendo em vista os objetivos da auditoria interna, é fundamental que eventuais achados de auditoria recebam adequado tratamento pela organização, visando o aperfeiçoamento da administração e a geração de valor. A respeito da chamada matriz de responsabilização, é correto afirmar que

- (A) deve ser sempre preenchida e anexada ao relatório de auditoria, de maneira a gerar maior adesão da alta administração ao instrumento e às recomendações apresentadas.
- (B) tem por principal objetivo listar os achados de auditoria de forma pormenorizada, com as eventuais recomendações de melhorias.
- (C) é também chamada de matriz de risco e visa apresentar, em gráfico cartesiano, a relação entre risco e responsável por seu monitoramento na organização.
- (D) não objetiva avaliar a reprovabilidade da conduta e a culpabilidade do agente, mas identificar os responsáveis por futuras providências que venham a ser necessárias conforme apresentadas no relatório de auditoria.
- (E) tem por objetivo identificar os agentes, as condutas e o nexo de causalidade com eventual ocorrência lesiva à organização de maneira a caracterizar a eventual responsabilidade do agente.

Para responder às questões de números 44 e 45, utilize a situação apresentada a seguir.

Fulano de Tal é auditor de controle interno de um Município brasileiro e é designado para a realização de auditoria sobre um programa de transferência de renda mantido por esta instituição. Fulano de Tal não concorda com a política em questão, pois entende que “ensinar a pescar é mais importante do que dar o peixe”. Em razão das diferenças ideológicas que logo ficam claras, Fulano de Tal tem dificuldades no relacionamento com os responsáveis pela área auditada, que passam a limitar o acesso de Fulano às informações e documentos necessários à realização do seu trabalho de auditoria. Após doze meses de auditoria, Fulano de Tal conclui o seu relatório nos termos a seguir apresentados, enviando-o ao seu superior, com cópia para todos os funcionários da área auditada, para o Ministério Público e para a imprensa local.

“Relatório de Auditoria X

Escopo: Auditoria sobre programa de transferência de renda Y

Responsável pela área auditada: Z

Os trabalhos iniciaram-se no dia 10/01/2018 e encerraram-se em 10/01/2019. Neste período, todas as informações requeridas pelo auditor foram disponibilizadas pelos responsáveis pela área auditada.

Foram identificadas logo no início da auditoria seríssimas irregularidades irremediáveis na administração do programa de transferência de renda Y. Em primeiro lugar, foi observado que os responsáveis pela administração do programa são ineptos para a função, desconhecendo as regras mais básicas de civilidade e educação. Em segundo lugar, o programa está desenhado, em nossa opinião, sobre bases equivocadas, pois não privilegia a meritocracia, perpetuando a miséria.

Recomendamos, portanto, o encerramento do programa Y e a imediata exoneração dos funcionários que hoje o administram.

Fulano de Tal – Auditor de Controle Interno”

44. Com base na situação descrita e nas normas relativas ao relatório de auditoria interna, é correto afirmar que

- (A) o relatório identifica adequadamente os fatos constatados, as suas evidências e os riscos a eles associados.
- (B) o relatório atende às melhores práticas, pois identifica o escopo e o período dos trabalhos, bem como identifica de modo preciso as suas conclusões.
- (C) o relatório deveria ter mencionado a limitação no alcance dos procedimentos de auditoria decorrente da negativa de entrega de informações pelos responsáveis pela área auditada.
- (D) o relatório apresenta o resultado dos trabalhos com objetividade e imparcialidade, apresentando claramente suas recomendações e providências a serem tomadas pela administração.
- (E) a falta de colaboração dos responsáveis pela área auditada inviabiliza qualquer procedimento de auditoria, de maneira que o auditor deveria ter encerrado o serviço sem conclusão do relatório.

45. Com base na situação descrita e nas normas relativas ao relatório de auditoria interna, é correto afirmar que o auditor

- (A) agiu corretamente ao encaminhar diretamente cópia do relatório à imprensa, pois o princípio da publicidade deve reger todos os atos administrativos.
- (B) deveria ter emitido relatório parcial, posto que afirma ter constatado logo no início dos trabalhos irregularidades graves que demandavam providências imediatas da administração da entidade.
- (C) agiu corretamente ao encaminhar cópia do relatório ao Ministério Público, pois um dos objetivos da auditoria interna é contribuir com a punição de eventuais responsáveis por desvios.
- (D) agiu de modo incorreto ao encaminhar cópia do relatório aos funcionários da área auditada, pois os relatórios de auditoria deverão ser tratados sempre de forma confidencial.
- (E) agiu corretamente ao aguardar doze meses para revelar os fatos graves constatados, pois agiu visando recolher o maior número de evidências de auditoria possíveis para a elaboração do relatório.

46. As parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos estabelecidos em planos de trabalho, serão, em regra, precedidas de chamamento público cujo critério de julgamento, obrigatoriamente, será
- (A) a capacitação e a experiência do proponente, bem como a qualidade técnica da proposta e adequação ao montante de recursos públicos disponíveis para a parceria.
 - (B) o valor de referência apurado mediante pesquisa de preços realizada pela administração pública, sigiloso até a etapa de aceitabilidade da proposta.
 - (C) o grau de compatibilidade da metodologia de execução com a política pública em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência, sigiloso até a etapa de julgamento da proposta.
 - (D) o grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do edital de chamamento.
 - (E) o valor da contrapartida financeira ou patrimonial oferecida pela organização proponente e a metodologia de execução.
47. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos), a duração dos contratos administrativos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo excepcionalmente ser prorrogada
- (A) para além de 60 (sessenta) meses e por até 12 (doze) meses, desde que devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, nos contratos administrativos que tenham por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua.
 - (B) pelo período necessário ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa na hipótese de declarado estado de necessidade ou de calamidade pública pela autoridade superior.
 - (C) pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato na hipótese de alteração do projeto pela Administração, desde que devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior.
 - (D) para além de um exercício financeiro e pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, nos casos em que parcelas de obras e serviços não tenham ainda sido concluídas, mediante manifestação técnica fundamentada ratificada pela autoridade superior.
 - (E) para além de um exercício fiscal nos casos em que houver manifestação técnica que comprove a vantagem econômica e financeira de manutenção do contrato, ratificada pela autoridade superior e pelo Tribunal de Contas competente.
48. Durante a execução de contrato administrativo de prestação de serviços celebrado nos termos da Lei federal nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos), no momento de realizar o pagamento da fatura apresentada pela contratada, o departamento de administração do poder público contratante verifica que a empresa não mais possui certidão negativa de débitos tributários e da dívida ativa, apresentada por ocasião da habilitação em licitação. Nesse cenário hipotético, o poder público contratante poderá
- (A) anular o contrato administrativo.
 - (B) revogar o contrato administrativo.
 - (C) denunciar o contrato administrativo.
 - (D) manter a execução do contrato e reter o pagamento devido à contratada, em sua integralidade.
 - (E) rescindir o contrato administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.
49. Um Município pretende utilizar um terreno de sua propriedade para nele construir um complexo com anfiteatro, espaço de leitura e cursos, sala para exposições e espaço para compartilhamento de recursos de escritório (*coworking*), para ser utilizado pela população de forma gratuita. A estimativa de custos indica que a proposta requer investimento da ordem de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), de forma que o Município opta por buscar parceria com a iniciativa privada. A proposta hipotética poderia, em tese, ser viabilizada por meio de
- (A) parceria público-privada na modalidade patrocinada, regida pela Lei nº 11.079/2004.
 - (B) parceria público-privada na modalidade administrativa, regida pela Lei nº 11.079/2004.
 - (C) concessão comum regida pela Lei nº 8.987/1995.
 - (D) contrato de obras e serviços de engenharia regido pela Lei nº 8.666/93.
 - (E) contrato de concessão de direito real de uso, regido pela Lei nº 8.666/93.

50. Com relação a licitações, é correto afirmar:

- (A) devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório regido pela Lei nº 8.666/93, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, constitui crime e pode caracterizar ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (B) é possível a prorrogação do prazo de vigência de Ata de Registro de Preços desde que o prazo inicialmente estipulado não ultrapasse um exercício financeiro e a duração total seja compatível com o período de validade das propostas.
- (C) a aquisição de componentes de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos de propriedade do poder público, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (D) na modalidade pregão do tipo maior desconto, as propostas serão julgadas e classificadas pelo pregoeiro em ordem crescente, cabendo a essa autoridade decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade das três primeiro classificadas.
- (E) é possível exigir garantia de proposta em certames na modalidade concorrência ou tomada de preços regidos pela Lei nº 8.666/1993, bem como em licitações na modalidade pregão regidas pela Lei nº 10.520/2002, e no Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011).

REDAÇÃO

TEXTO 01

No Senado da República, o Projeto de Lei do Senado (PLS 186/2014), que trata da legalização dos jogos de azar, foi analisado pela Comissão Especial e agora está pronto para ser votado em Plenário, mas até o final do ano passado a previsão de aprovação não era boa.

O cassino é proibido no Brasil desde 1946 e, nos últimos anos, a liberação e a regulamentação dos cassinos e outros jogos de azar são assuntos muito debatidos na Câmara e no Senado.

“O país tem perdido há mais de 70 anos uma grande contribuição em diversas áreas, mas especialmente no turismo, ao não investir nesse segmento. 600 mil empregos seriam gerados com a liberação de jogos, teríamos uma arrecadação esperada da ordem de 30 bilhões de reais em tributos por ano, um número extremamente relevante e que contribuiria com a recuperação do déficit primário brasileiro. Mesmo com poucos cassinos no Brasil, a atividade permitiria uma contribuição muito significativa para a recuperação da economia brasileira”, alegou o deputado Newton Cardoso.

O deputado Herculano Passos vê o turismo como um impulsionador econômico e social capaz de tirar o Brasil da crise. “Quando falamos em cassinos, estamos perdendo tempo e dinheiro, deixando de arrecadar impostos e gerar empregos na formalidade.” Como caso de sucesso, Herculano citou Cingapura, que, após a liberação dos cassinos, teve um aumento no fluxo de turistas, passando de 10 milhões de turistas estrangeiros por ano para 18 milhões. “O cassino é o chamariz do desenvolvimento e traria uma contribuição enorme à economia brasileira”, afirmou Passos.

(Disponível em: <https://www.gamesbras.com/cassinos/2019/5/20/deputados-defendem-liberacao-dos-cassinos-no-brasil-durante-evento-em-foz-do-iguau-12814.html>. Acesso em: 27.06.2019. Adaptado)

TEXTO 02

Com a possibilidade da reabertura dos bingos, explodiram discussões na internet entre aqueles que se reconhecem viciados em jogos de azar e seus familiares. “[Os bingos] Trarão riqueza para poucos e pobreza e infelicidade para muitos e suas famílias. O Estado gastará em tratamento de saúde tudo o que arrecadará em impostos”, escreveu o internauta Thomas, há anos sem jogar. “Se vissem um familiar deles vendendo coisas de casa para ir ao bingo ou ao caça-níquel, não aprovariam”, afirmou José, em uma lista de discussões. Muitos ex-viciados relataram o medo de sair às ruas e passar pelos bingos onde costumavam jogar.

O jogo patológico é uma doença reconhecida pela OMS (Organização Mundial da Saúde) desde 1992. Quem sofre do mal não resiste à tentação de jogar. E, quando está jogando, não consegue parar, mesmo perdendo muito.

“Enquanto o bingo está fechado, eu sei que consigo resistir. Nem penso no jogo. Mas, se está aberto, a compulsão começa a tomar conta, volta a vontade de jogar e fica mais difícil combater”, diz a pedagoga Paula, 43, que conta ter perdido todas as economias do marido em casas de bingo. Para ela, o reflexo positivo do fechamento dos bingos pode ser visto nas reuniões diárias do grupo de Jogadores Anônimos (JA). “Quando os bingos funcionavam, as salas do JA ficavam lotadas. Veio a proibição e os jogadores sumiram. Acho que a maioria se acomodou pensando que, com o fechamento, não havia mais risco. O que, até certo ponto, era verdade. Mas, se o bingos reabrirem, amanhã a sala voltará a encher. A pedagoga afirma que, após o fechamento das casas de bingo, transferiu a compulsão pelo jogo para a comida, para o álcool e para o cigarro. “Mas consegui largar a bebida e perdi os 30 quilos que havia engordado. Só a compulsão pelo jogo não passa.”

(Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2009200913.htm>. Acesso em: 26.07.2019. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS DE AZAR: ENTRE OS BENEFÍCIOS E OS MALEFÍCIOS PARA O PAÍS

REDAÇÃO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

